

RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.664 - PB (2018/0345437-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADOR : FERNANDA BEZERRA BESSA GRANJA - PB015940
RECORRIDO : LEDA GOUVEIA HENRIQUES DE ARAUJO
ADVOGADO : CAYO CESAR PEREIRA LIMA - PB019102

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado da Paraíba, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba assim ementado (e-STJ, fl. 38):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – PRELIMINAR - ILEGITIMIDADE – TRANSMUDAÇÃO PARA A UNIÃO – IMPOSTO DE RENDA – ARRECADAÇÃO DO ESTADO – REJEIÇÃO – MÉRITO – IMPOSTO DE RENDA – ISENÇÃO – NEGATIVA DA ADMINISTRAÇÃO – ALEGADA CARÊNCIA DE LAUDO MÉDICO POR JUNTA OFICIAL – PATOLOGIA QUE NÃO SE ENQUADRA NA NORMA BENEFICIADORA – FRAGILIDADE – DECISÃO SINGULAR ESCORREITA – DOCUMENTOS E LAUDOS MÉDICOS SATISFATÓRIOS – NEOPLASIA MALIGNA – ENQUADRAMENTO NA NORMA – INTELIGÊNCIA DO ART. 6º, INCISO XIV DA LEI – DESPROVIMENTO.

A "legitimidade passiva ad causam nas demandas propostas por servidores públicos estaduais, com vistas ao reconhecimento do direito à isenção ou à repetição do indébito relativo ao imposto de renda retido na fonte, é dos Estados da Federação, uma vez que, por força do que dispõe o art. 157, I, da Constituição Federal, pertence aos mesmos o produto da arrecadação desse tributo".

Restando a prova satisfatória de que a servidora é acometida de patologia prevista na lei que concede outorga da isenção, devido é a determinação de suspensão dos descontos de imposto de renda.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 61-65).

Alega o recorrente a existência de violação dos arts. 489, II, § 1º, IV e V, 995, parágrafo único, 1.019 e 1.022 do CPC/2015.

Nessa esteira, assevera que o provimento de urgência na origem teria ocorrido de forma equivocada, de modo que haveria ofensa aos arts. 995, parágrafo único, e 1.019, I, do CPC/2015.

Aponta que o acórdão combatido "deixou de efetuar análise acerca da existência de impedimento legal à antecipação de tutela mantida, qual seja, o art. 1º, § 3º, da Lei n. 8.437/92, c/c o art. 1º da Lei 9.494/97, que dispõe sobre a impossibilidade de medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação" (e-STJ, fl. 77).

Superior Tribunal de Justiça

Admitido o recurso especial na origem, subiram os autos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

A parte recorrente assevera a existência de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 argumentado, em apertada síntese, que o Tribunal de origem não teria se manifestado quanto à aplicação dos arts. 1º, § 3º, da Lei n. 8.437/1992 e 1º da Lei n. 9.494/1997.

Contudo, da leitura da petição de embargos de declaração (e-STJ, fls. 61-65), verifica-se que a tese tida como omissa somente fora suscitada por ocasião da oposição do recurso especial, tratando-se, portanto, de inovação recursal. Desse modo, não há que se falar em omissão ou contradição do aresto.

Quanto ao mais, relativamente aos arts. 995, parágrafo único, e 1.019 do CPC/2015, o recurso especial também não pode ser conhecido.

Da análise do voto condutor do acórdão, observa-se que nenhum desses preceitos normativos e as teses a eles vinculadas foram objeto de debate e deliberação pela Corte de origem, aplicando-se, ao caso, a orientação firmada nas Súmulas 282 e 356 do STF ("É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida a questão federal suscitada" e "O ponto omissa da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento").

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. ART. 223 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. 2. QUESTÃO JÁ DECIDIDA PELO JUÍZO A QUO. MATÉRIA PRECLUSA. 3. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. NÃO INCIDÊNCIA, NA ESPÉCIE. 4. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Incidem as Súmulas 282 e 356 do STF, na espécie, porquanto ausente o prequestionamento do tema relativo à suscitada contrariedade ao art. 223 do CPC/2015.

2. Conforme entendimento desta Corte, não cabe a rediscussão de tema já decidido anteriormente, em face dos institutos da coisa julgada e da preclusão (AgInt no AREsp 982.981/RJ, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 08/08/2017, DJe 21/08/2017). 3. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do desprovimento do agravo interno em votação unânime. A condenação da parte agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não se verifica na hipótese ora examinada.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.411.135/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/4/2019, DJe 23/4/2019)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

